

Organização Social de Saúde Santa Marcelina - RASTS Itaquera, Guaianases e Cidade Tiradentes

CNPJ/MF: 60.742.616/0012-12

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2016 e de 2015 - Em reais

Período de 01/09/15 a 31/12/15			Período de 01/09/15 a 31/12/15			Período de 01/09/15 a 31/12/15				
Balço Patrimonial	NE	31/12/16	Balço Patrimonial	NE	31/12/16	Demonstração do Resultado do Exercício	NE	31/12/16		
Ativo/Circulante		83.834.833,50	Passivo/Circulante		46.551.122,36					
Caixa e equivalentes (03)		7.325.176,39	Fornecedores		276.563,33					
Contas a receber (05)		74.081.134,53	Obrigações trabalhistas		12.027.214,90					
Outros Créditos (06)		2.394.908,68	Obrigações sociais (08a)		3.515.918,87					
Despesas Antecipadas		33.613,90	Obrigações tributárias (08b)		3.455.747,48					
Transferências		-	Provisões de férias e encargos		23.945.537,95					
Não Circulante		7.326.061,95	Outras contas a pagar		820.442,09					
Realizável a longo prazo (07)		7.326.061,95	Contas a pagar serviços terceiros		387.041,26					
Total do Ativo		91.160.895,45	Subvenções a Aplicar (17)		2.081.947,28					
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			Contingências judiciais (09)		40.709,20					
			Não Circulante		8.663.515,80					
			Exigível de Longo Prazo		8.663.515,80					
			Obrigações sociais (08c)		7.290.721,38					
			Processos Judiciais (08c)		7.335,09					
			Contingências judiciais (09)		1.365.459,33					
			Patrimônio Líquido		35.946.257,29					
			Total do Passivo		91.160.895,45					
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis							
			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício							
			Período de 01/09/15 a 31/12/15							
			Patrimônio social		NE					
			No início do exercício		5.412.890,01					
			Transferências patrimoniais		-					
			Superávit do exercício (11)		30.533.367,28					
			No final do exercício		35.946.257,29					
			As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis							
			8. Impostos e Contribuições: (a) Obrigações Sociais							
			Descrição		2016					
			INSS a recolher		1.067.752,61					
			FGTS a pagar		2.014.472,87					
			PIS sobre folha a recolher		250.589,75					
			Outros		183.103,64					
			Total - Curto Prazo		3.515.918,87					
			(b) Obrigações Tributárias: Descrição		2016					
			IRRF a recolher		3.288.152,34					
			Outras retenções de terceiros		167.595,14					
			Total		3.455.747,48					
			(c) Processos Judiciais de Longo Prazo: O recolhimento do PIS está sendo discutido judicialmente, e em conformidade com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 (NPC 22) do IBRACON, a administração apropriou esses valores como obrigação legal até a conclusão da sentença							
			Descrição		2016					
			PIS depósito judicial		7.290.721,38					
			Outros depósitos judiciais		7.335,09					
			Total - Longo Prazo		7.298.056,47					
			9. Provisão Para Contingências: A entidade possui contingências judiciais de natureza trabalhista e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja possibilidade de perda foi classificada como provável.							
			Descrição		2016					
			Reclamações trabalhistas curto prazo		40.709,20					
			Sub total		40.709,20					
			Reclamações trabalhistas longo prazo		1.365.459,33					
			Sub total		1.365.459,33					
			Total contingências no passivo		1.406.168,53					
			10. Isenções Previdenciárias Usufruídas: Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício fiscal anterior:							
			Descrição		2016					
			Ordens e salários		210.916.792,16					
			Percentual de contribuição devida (*)		27,8%					
			Sub-total		58.634.868,22					
			Serviços prestados pessoa física (autônomos incluindo médicos)		60.933,35					
			Percentual de contribuição devida		20,00%					
			Sub-total		12.186,67					
			Total devido caso a entidade não gozasse de isenção		58.647.054,89					
			(*) INSS 20%, FPAS 5,8% e Seguros contra riscos e acidentes 2%. 11. Patrimônio Líquido: Apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, diminuído pelas transferências patrimoniais acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes ocorridos. Refere-se ainda a recursos a serem aplicados, exclusivamente, aos objetivos do contrato de gestão. Em 2016, o valor do Patrimônio Líquido é de R\$ 35.946.257,29. O Superávit do período de 2016 foi de R\$ 30.533.367,28. O saldo em 2015 era de R\$ 5.412.890,01. 12. Receitas e Despesas: As receitas e despesas são apropriadas por competência com base em documentação hábil como: avisos bancários, notas fiscais, recibos, contratos e outros em conformidade com as exigências legais e fiscais. 13. Verbas Recebidas: (a) Subvenções: Custeio: Os recursos apropriados pela Entidade face ao contrato de gestão com a SMS - Secretaria Municipal de São Paulo - Prefeitura Municipal de São Paulo para auxílio de Custeio e Investimentos de seus gastos durante o exercício, e liberadas face ao contrato de gestão R11/2015 - SMS/NTCSS: Contrato de Gestão - Recursos apropriados							
			Descrição		2016					
			Verbas para custeio		326.710.306,18					
			contrato de gestão R11/2015		99.840.551,44					
			Total da Secretaria Municipal da Saúde		326.710.306,18					
			(b) Subvenções: Investimentos							
			Contrato de Gestão - Recursos recebidos		2016					
			Verbas para investimentos		150.000,00					
			- termo aditivo nº 004/2016		54.713,00					
			Verbas para investimentos		921.179,28					
			- termo aditivo nº 006/2016		236.219,89					
			Total da Secretaria Municipal da Saúde		290.932,89					
			14. Recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais. 15. Encargos Financeiros Líquidos: Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado estão demonstrados como segue:							
			Descrição		2016					
			Despesa financeira		(1.284,20)					
			IOF e juros		(281,95)					
			Despesas bancárias		(2.604,58)					
			Sub-total		(3.888,78)					
			Receita financeira		(1.544,45)					
			Rendimentos aplicações		3.527.398,19					
			Descontos obtidos e juros ativos		2.114,89					
			Sub-total		3.529.513,08					
			Total		3.525.624,30					
			Explicativas e Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembleia geral deste Conselho. São Paulo, 31 de janeiro de 2017. Irmã Ézina Cássia Vasconcelos de Souza; Irmã Monique Marie Marthe Bourget; Irmã Marinéz Rossato.							
			sa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: Demonstrações do valor adicionado: Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis básicas requeridas no parágrafo inicial, tomadas em conjunto. Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a qual esta sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções po-							

continua

continuação

dem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 6 de março de 2017. **Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S - CRC-2SP 15.753/O-0 José Luiz de Faria - Contador - CRC-1SP116.868/O-8**

Diário Oficial acesso gratuito

A Imprensa Oficial digitalizou o conteúdo do Diário Oficial, desde a sua primeira edição, com o compromisso de ampliar o acesso democrático às informações de interesse público.

Todo este acervo está disponível gratuitamente e modernas ferramentas de busca facilitam a localização das publicações que dão transparência à administração pública, nos três poderes.



Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br



Prêmio Mario Covas 2008
D.O. online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

